

**A CRISE DO TRABALHO NOS DISCURSOS DE UNIVERSIDADES  
PÚBLICAS PORTUGUESAS: A EPISTEMOLOGIA DO CONTRABANDISTA  
NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**

*The crisis of work in the speeches of portuguese public universities: an  
epistemology of the smuggler in the society of knowledge*

Gabriel Henrique Idalgo<sup>1</sup>

José Alberto de Azevedo e Vasconcelos Correia<sup>2</sup>

Maria Teresa Guimarães de Medina<sup>3</sup>

**RESUMO**

Este artigo reflete como se manifesta a crise do trabalho a partir dos discursos de universidades públicas portuguesas. A crise estrutural do fordismo-keynesianismo, com início na década de 1970, mobiliza uma série de transformações econômicas e sociais. Estas transformações apresentam-se como ajustes da economia, mas simultaneamente aprofundam as contradições essenciais da relação capital-trabalho na sociedade. Neste contexto, emerge o discurso hegemônico de uma sociedade na qual se atribui ao conhecimento um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, reduzindo-o ao estatuto de um instrumento, cujo valor é definido pela sua utilidade nos sistemas produtivos. A análise de Programas de Ação de três universidades públicas portuguesas, nos permitiu identificar a emergência de um paradigma de ensino superior que busca adaptar as instituições às determinações dos processos globais de flexibilização da economia. Isto nos permitiu identificar que tal paradigma se fundamenta em uma perspectiva positiva e evolutiva de ciência, a qual - baseada em uma perspectiva sucessiva de tempo - assume o desenvolvimento enquanto um processo positivo e evolutivo. Nesta concepção, as contradições imanentes do desenvolvimento capitalista tornam-se superáveis pelo mero avanço do conhecimento científico e não pela crítica dos pressupostos da sua cientificidade. Neste sentido propomos a assunção de um paradigma científico do “contrabandista” que permitiria que a reflexão científica partisse das contradições da relação entre o trabalho e os saberes científicos por vias que subvertam os limites das formas de dominação social capitalista, as quais a cientificidade positiva nunca foi capaz de efetivamente criticar.

**Palavras-chave:** Crise do Trabalho. Universidade. Sociedade do Conhecimento.

**ABSTRACT**

This paper reflects how the labor crisis expresses on discourses from Portuguese public universities. The structural crisis of Fordism-Keynesianism, started on 1970's, generate a set of economic and social shifts. These changes are defined as economic adjustments, but simultaneously deepen the essential contradictions on capital-labor relation in the society. On this context, emerges the hegemonic discourse that attributes a central role to the knowledge in the economic development in our society, reducing the knowledge statute to one instrument, whose value is defined by its utility in productive systems. The analysis on Action Programs of three Portuguese public universities, moved us to identify the emergence of a paradigm of higher education which seeks to adapt the institutions to the determinations of the global process of economic flexibilization. This allowed us to identify that this paradigm is funded on one evolutive and positive perspective of science, which - based in a successive perspective of time - assumes the de development as one positive and evolutive process. In this conception, the immanent contradictions of the capitalist development became surmountable by

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal). E-mail: <gabriel.ghi@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto (Portugal). E-mail: <correia@fpce.up.pt>.

<sup>3</sup> Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto (Portugal). E-mail: <tmedina@fpce.up.pt>.

the mere scientific development instead of the critic of its own scientific premises. In this regard, we propose the assumption of an “smuggler” scientific paradigm which would allow the scientific reflection to move from the contradictions of the relation between labor and the scientific knowledge by paths that subvert the limits of the capitalist forms of social dominations, whom the positive science never was effectively able to criticize.

**Keywords:** Labor Crisis. University. Society of Knowledge.

## INTRODUÇÃO

Já não é novidade o discurso de que vivemos hoje em uma “sociedade do conhecimento” capaz de proporcionar um desenvolvimento econômico e social, como nunca antes visto, pelo auxílio da tecnologia e da ciência. Este ideário romântico, que afirma a centralidade do conhecimento em meio a uma sociedade historicamente assente no trabalho, nos leva a refletir acerca de como essa concepção de desenvolvimento econômico e social hegemônico se manifesta na atualidade em universidades públicas portuguesas.

Para tal, em um primeiro momento refletimos sobre o processo histórico da crise do sistema produtivo fordista para pensarmos como o capitalismo se modifica, pela via do aprofundamento da sua racionalização, na tentativa de garantir a sua continuidade. Trata-se de um momento central, pois determina diversas transformações no mundo do trabalho que passam desde a tendência à redução da oferta de emprego à transformação qualitativa do trabalho, agora mais precário, instável e com piores remunerações.

É neste contexto, que emerge de forma hegemônica, nas políticas internacionais, a ideia de uma “sociedade do conhecimento”, a partir da qual estabeleceremos relações com o movimento de mudança das concepções da educação e da formação, as quais tendencialmente aproximam-se de um modelo cada vez mais instrumental e submetido às necessidades do mercado de trabalho.

A mudança paradigmática acerca da relação entre a educação e o trabalho, nos leva a buscar compreender como esse processo se manifesta, na atualidade, em universidades portuguesas. Para tanto, analisamos Programas de Ação das três maiores universidades públicas portuguesas para discutirmos, a partir de seus discursos, como esse processo de transformações amplas são concebidos pela entidade política máxima de tais instituições.

Isto nos levará a refletir acerca das perspectivas de desenvolvimento social que fundamentam as propostas políticas das universidades estudadas e como essas instituições se relacionam com as contradições de nossa sociedade. Para tal, realizaremos uma breve reflexão acerca da formação do conceito de tempo no processo de modernização e de como a constituição da temporalidade moderna é indissociável à formação da categoria trabalho na sociedade.

Este percurso teórico nos coloca diante da necessidade de uma crítica do conceito de desenvolvimento inerente da cientificidade moderna, a qual é incapaz de reconhecer a contradição em seu método, o qual concebe a história e a própria ciência a partir de um movimento evolutivo e ascendente. Desta forma, propomos uma epistemologia do contrabandista que, inversamente ao método positivo da cientificidade moderna presente nos discursos dos Programas de Ação, funda-se pela primazia da controvérsia. Trata-se de uma concepção de cientificidade que não constitui um

movimento evolutivo de desenvolvimento científico, mas sim uma diversidade de caminhos constantemente autorefletidos para avançar sobre as fronteiras da sua própria forma de se relacionar com o mundo.

## **A CRISE DO FORDISMO E A EMERGÊNCIA DA CENTRALIDADE DO CONHECIMENTO**

A crise de superacumulação que se inicia no fim da década de 1960 e alcança o seu auge em 1973, evidenciou os limites do sistema produtivo fordista (Postone, 2012; Harvey, 2014). Os desdobramentos desse momento repercutem até a atualidade e efetivam diversas determinações nas relações entre a educação e o trabalho (Correia *et al.*, 2011; Correia *et al.*, 2012; Correia, 2014). Trata-se do momento que marca o fim da “era dourada” do fordismo-keynesianismo, onde a aparência concreta da potência produtiva desse sistema produtivo — assegurada pela política desenvolvimentista de Estado keynesiano —, até então inconcebível na história do movimento expansivo do capitalismo, foi capaz de velar os processos contraditórios que geraram a sua crise estrutural (Kurz, 2004; 2014).

Nesse processo de colapso do sistema fordista de produção emerge um conjunto de transformações na sociedade, no qual o enorme desenvolvimento das forças produtivas promovido pela “revolução da microeletrônica” (Kurz; Mandel, 1985) constitui um elemento central. Para o geógrafo David Harvey, trata-se da constituição de um novo “regime de acumulação” que busca opor-se à rigidez do sistema fordista e seu alicerce no Estado keynesiano:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2014, p.140) .

O autor também destaca que a acumulação flexível se associa a um sistema de regulamentação política e social bastante distinto do anterior período, no qual conjuntamente com os processos flexíveis de produção e de mobilidade do trabalho efetivam fortes transformações sobre a força de trabalho, que se vê cada vez mais politicamente fragilizada. Efetiva-se, nesse sentido, uma profunda reestruturação do mercado de trabalho, que frente a uma forte volatilidade do mercado, do acirramento da competitividade, um excedente cada vez maior de mão de obra, e a redução das margens de lucro, permitiram que os patrões impusessem regimes e contratos de trabalho mais flexíveis<sup>4</sup> (Idem).

Neste contexto, o modelo de Estado de providência desenvolvimentista, baseado na política econômica keynesiana em vigor assegurava, de certa maneira, os direitos historicamente conquistados pelas lutas dos trabalhadores. Porém esta estrutura dá lugar a uma nova forma de Estado que se fundamenta, segundo Moishe Postone (2012), em paradigmas econômicos neoclássicos renovados que se efetivam

---

<sup>4</sup> Aqui o sentido atribuído ao conceito de flexibilidade que o autor traz se aproxima da ideia de uma flexibilidade defensiva, na qual discursivamente se afirma como algo que aprimora o trabalhador para se adaptar às condicionantes do mercado de trabalho, mas que na prática tende a se traduzir em precariedade laboral, em instabilidade e mais baixas remunerações (CORREIA, 1996).

conjuntamente a uma nova configuração caracterizada pela “desregulação, globalização e a primazia da financeirização”<sup>5</sup>

Essa mudança paradigmática, para Robert Kurz (2014), é resultado do aprofundamento da crescente necessidade de redução dos custos associada à necessidade desenvolvimento das forças produtivas em escalas cada vez maiores, processo imanente ao desenvolvimento capitalista. Tal necessidade constante de desenvolvimento das forças produtivas não se faz sem contradições, as quais Marx foi capaz de identificar, já no século XIX, a partir da sua formulação acerca da “queda tendencial da taxa de lucro” (Marx, 1988b), mas que assumem seus contornos mais complexos na atualidade (Kurz, 2014; Postone, 2012).

Trata-se de uma tendência de decréscimo nas taxas de lucro conforme cada rotação do capital, que se dá pela diminuição da capacidade do capital extrair mais valia do trabalho vivo, o que simultaneamente determina um imperativo de redução dos custos de produção pelo aumento da composição orgânica do capital, ou seja, pela redução dos custos com capital variável (trabalho vivo) e pelo o aumento do capital constante (maquinaria). De maneira que a cada rotação do capital geral de uma determinada indústria há uma tendência na redução dos custos com os trabalhadores. O problema apontado por Marx é que:

[...] o desenvolvimento da força produtiva e a composição superior do capital que lhe corresponde, põem um quantum cada vez maior de meios de produção em movimento por um quantum cada vez menor de trabalho, cada parte alíquota do produto global, cada mercadoria da massa global produzida absorve menos trabalho vivo e, além disso, contém menos trabalho objetivado (MARX, 1988, p.163).

A partir disto, torna-se possível identificar a contradição de um processo onde a expansão do capital, que se manifesta fenomenicamente no crescimento das empresas, no aumento do volume de mercadorias etc., vela o aprofundamento da crise lógica da reprodução do capital. Desse modo, delineia-se um contexto em que há uma diminuição acelerada do dispêndio de trabalho por unidade de mercadoria produzida que se dá simultaneamente ao alargamento da sua produção em massa, cada vez mais barata, e à expansão acelerada dos mercados (Kurz).

Esta conjuntura macro do processo de modernização evidencia que a racionalização da produção, dada por meio do desenvolvimento das forças produtivas, na qual o dispêndio de trabalho humano se torna supérfluo, torna o dispêndio de trabalho humano cada vez supérfluo, pois na medida em que se desenvolve o sistema produtivo se permite e promove-se o alargamento dos mercados de mercadorias, conjuntamente com o encolhimento dos mercados de trabalho (Kurz, 2014; Segnini, 2000)

Quando nos referimos a esse processo de redução da necessidade de trabalho humano, não estamos a profetizar um fim do trabalho vivo pela substituição por máquinas ou computadores. Reconhecemos que sim, o trabalho humano continua a ser imprescindível ao desenvolvimento capitalista, porém ao tornar o trabalho humano cada vez mais supérfluo, altera-se a configuração das relações de poder da força de

---

<sup>5</sup> É importante destacar que, como afirma Moishe Postone, a recente dominância da economia neoclássica não significa que se trata de uma vitória contingencial de uma escola de pensamento, mas deve ser entendida historicamente “com referência aos problemas gerados pelas mudanças na configuração do capitalismo global” (2012, p. 229).

trabalho, o que se identifica nos crescentes processos de precarização que se apresentam eufemisticamente como trabalho flexível.

Por outro lado, se analisarmos os desdobramentos das contradições da queda tendencial da taxa de lucro no trabalho, é possível ir além da questão do aumento ou diminuição do emprego de trabalho humano. Isto porque com o processo de financeirização da economia se identifica o deslocamento do eixo de valorização do valor no capitalismo, que necessariamente dependeria da criação de valor do trabalho vivo (substância de valor), sendo este produtivo. Agora, o que se vê é um sistema (im)produtivo, que, em princípio, tem a finalidade última de valorizar o valor, mas cada vez mais depende dos processos especulativos e das movimentações financeiras, os quais se tornam o fundamento dos enormes montantes de dinheiro (sem substância) que financiam o sistema produtivo (Botelho, 2018).

Porém, apesar da economia política pensar que esse deslocamento pode ser considerado um ajustamento do capitalismo, a partir dessa perspectiva torna-se visível como essa dita forma de ajustamento pode ser pensada como um indicador da própria falência da capacidade de desenvolvimento deste modo de produção que fundamenta a nossa sociedade (Kurz, 2004; Postone, 2012).

Identificarmos a falência não significa dizer que o capitalismo não seja mais capaz de se reproduzir ou que estamos caminhando para uma sociedade sem trabalho. Reconhecemos que esta assunção dos limites categoriais do capital, que se evidenciam a partir do trabalho, nos permite ver o quão crítico se torna o processo de modernização, que a cada transformação da sociedade em busca de se adaptar a economia e os sistemas produtivos aos condicionamentos das crises, aprofundam-se e se tornam ainda mais complexas as suas contradições (Postone, 2017; Botelho, 2018). Ou seja, efetiva-se um processo simultâneo negativo onde positivamente as “soluções” econômicas a partir dos pressupostos do capital efetivam o aprofundamento da crise e dos limites da sua própria capacidade lógica de reprodução.

## **A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO OU SOCIEDADE DO TRABALHO?**

É neste campo das soluções econômicas positivas que identificamos a emergência da ideia de uma sociedade do conhecimento que se afirma de forma hegemônica (Worldbank, 2002; Bernheim e Chauí, 2008; Bonal, 2009; Želazny, 2015; Jessop, 2017). Para buscarmos o sentido atribuído a esta ideia, é muito relevante o documento “Constructing knowledge societies: New challenges for tertiary education”, publicado pelo Banco Mundial (2002).

Para o Banco Mundial “A habilidade de uma sociedade para produzir, selecionar, adaptar, comercializar e usar o conhecimento é crucial para o crescimento econômico sustentável e para melhorar os padrões de vida da população” (2002). Aqui nota-se que a perspectiva reificada sobre o conhecimento se aproxima do estatuto de uma mercadoria, que é produzida, trocada e que permite crescer um valor econômico ao ser utilizada, o que, nesta lógica econômica, geraria a riqueza capaz de melhorar os padrões da população.

Neste cenário romântico, a universidade e o seu papel na produção de conhecimento emerge como um ator chave para a sociedade: “As universidades são, sem dúvida, parte essencial do sistema de educação terciária, mas o conjunto diverso e crescente de instituições de instituições terciárias públicas e privadas em cada país [...]

conformam uma rede de instituições sobre as quais se apoia a produção de alta capacidade para o desenvolvimento” (*Ibidem*, p.IX). A universidade seria, então, o centro produtor de tal conhecimento gerador de desenvolvimento econômico. Ao longo do texto são delineadas propostas de mudanças nas instituições de ensino superior que permitiriam alcançar tal cenário idílico de associação direta entre o conhecimento e o desenvolvimento econômico e social.

Esse conjunto de propostas é assimilado e aprofundado por Henry Etzkowitz (2013) na sua concepção de “universidade empreendedora contemporânea”, a qual estaria muito mais inter-relacionada com a indústria, tornando-a efetivamente em um “motor para o desenvolvimento” e que promoveria mudanças nos seus próprios valores que ainda estariam por aparecer.

Os valores principais que identificamos a partir de seu texto são os da afirmação de uma universidade que se aproxima da concepção de empresa, onde o seu produto é o conhecimento, o qual teria o seu valor atribuído pela sua utilidade no ramo industrial. Ou seja, os parâmetros do valor do conhecimento seriam definidos pela capacidade desse conhecimento ser aplicado no processo produtivo.

De tal modo, o conhecimento é visto como uma mercadoria, que assim como o trabalho, possui a propriedade de entrar no processo de valorização do capital. Porém, a sua entrada no processo de valorização, em termos lógicos, difere muito do papel produtivo, consideramos que a ampliação da capacidade produtiva, que a racionalização produtiva viabilizada pelo acréscimo de técnica (conhecimento), significa o aprofundamento da contradição na composição orgânica do capital que assinalamos, onde, nomeadamente, se efetiva a eliminação de trabalho produtivo e expansão de trabalho improdutivo.

Neste contexto, consideramos ser possível afirmar que a ideia de uma “sociedade do conhecimento”, desloca centralidade do trabalho na sociedade para uma periferia onde o centro se constituiria pelo conhecimento, movimento que traria a contradição de uma sociedade historicamente e logicamente constituída a partir do trabalho (Marx, 1988; Postone, 2014), onde o que é posto como central é o conhecimento.

Porém, é importante notarmos que nesses termos o conhecimento se aproxima de um instrumento para o desenvolvimento econômico. Isto significa assumir uma dimensão possível de emprego do conhecimento como o todo de suas possíveis aplicações na vida social. Esta concepção instrumental, passou a ser reproduzida nos sistemas educativos, com a emergência da educação e da formação enquanto um instrumento para “resolver” as contradições inerentes à forma de desenvolvimento econômico que se afirma a partir da crise do fordismo (Correia, 1996; Segnini, 2000; Correia *et al.*, 2011).

Logo, frente a esta reconfiguração contraditória do conhecimento em meio à sociedade do trabalho em crise, nos pareceu ser pertinente o questionamento se ou como, atualmente, esse discurso se manifesta nas universidades públicas portuguesas. Tal problemática constitui o objeto de estudo da dissertação de mestrado que serve de pano de fundo para este texto.

Porém, tendo em conta as possibilidades limitadas de uma investigação de mestrado que impossibilitavam realizarmos um estudo sistemático das recentes políticas de todas as universidades públicas portuguesas, optamos por analisar Programas de Ação recentes das três maiores universidades públicas portuguesas. Os documentos

apresentam as propostas, metas e compromissos assumidos pelos reitores tanto com a comunidade universitária, quanto com a sociedade em geral.

Apesar de aparentar ser um mero conjunto de metas e compromissos, que nem sempre são totalmente cumpridos, reconhecemos que devem ser lidos enquanto documentos eminentemente políticos com relevância para definição dos rumos que as instituições tendem a assumir e a perspectiva de desenvolvimento social que sustenta as propostas da instituição máxima de governo de cada universidade.

Tendo em conta que a linguagem e o discurso são domínios de prática social (Ball, 2006) - simultaneamente produtos e produtores do mundo social -, identificamos que poderíamos abordar as contradições aqui discutidas a partir dos discursos presentes nessas políticas, pois assim seria possível ilustrar o que os discursos dos programas políticos das instituições estudadas propõem e também contrapor esses discursos com as tendências políticas globalmente estabelecidas para o ensino superior que aqui discutimos.

## **A INSTABILIDADE ENQUANTO HORIZONTE PARA AS POLÍTICAS DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS**

Em nossa pesquisa buscamos fugir de uma análise crítica da mera casualidade, onde os programas de ação seriam pensados como um fenômeno resultante das transformações sociais. Consideramo-los simultaneamente enquanto produtos e produtores das transformações sociais globais anteriormente debatidas neste texto. Nesse sentido, a análise dos documentos nos permitiu identificar quais as concepções de desenvolvimento econômico e social que fundamentam os discursos ali presentes. Concepções que posteriormente colocaremos em conflito com as contradições das formas críticas que o trabalho tende a assumir na sociedade.

É importante ressaltar que nesta pesquisa não se buscou olhar para um documento para buscar generalizações do sistema universitário português, ou considerar os documentos, os seus autores e as respectivas universidade enquanto “o” problema a ser analisado, para então propor, a partir disso, “soluções” definitivas. Trata-se, antes, de olhar para os documentos enquanto manifestação de um processo social o qual simultaneamente determina é determinado pelas transformações que o documento traz à tona. Assim evitamos uma estetização da crítica onde se identifica uma imagem do problema a qual passa a constituir todo o conteúdo e não como ponto de partida, primeira impressão, para pensar as suas relações sociais constituintes. Portanto, consideramos o documento como uma representação, a qual nos traz elementos para pensarmos as contradições do processo de modernização capitalista no qual está inserido, como produto e produtor.

Tendo em conta a impossibilidade de incorporarmos toda a análise dos documentos realizada para a dissertação de mestrado que constitui o pano de fundo da temática abordada neste artigo (Idalgo, 2016), apresentaremos aqui apenas um recorte que consideramos mais pertinente para o debate acerca das transformações das relações entre o campo educativo e o trabalho na dita sociedade do conhecimento.

Logo no seu momento inicial, o Programa de Ação da universidade A, identifica que na atualidade se vive uma “conjuntura de instabilidade política, social e econômica, sem paralelo no período do regime democrático instalado com o 25 de abril de 1974”, o que traria o predomínio de uma “grande incerteza na dimensão de intensidade e na

dimensão das restrições que têm sido e irão continuar a ser impostas à sociedade e ao serviço público em particular” (Programa de Ação A, p.6).

Discurso similar ao da universidade B: “As severas restrições orçamentais, que têm levado à adoção de medidas muito restritivas, ou mesmo impeditivas da contratação de pessoal, que vigoram há vários anos, não podem comprometer o futuro da Universidade” (Programa de Ação B, p.12).

Em uma tônica semelhante, segue o Programa de Ação da universidade C:

Os últimos quatro anos foram indelevelmente marcados pelos efeitos do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, que resultou em graves cortes orçamentais e numa perda significativa de autonomia das universidades [...] Os níveis muito elevados da dívida pública portuguesa não deixam, aliás, antever qualquer alívio orçamental relevante nos próximos anos (p.4).

Com este enquadramento conjuntural já é delineada a particularidade do momento em que vivemos, onde a ideia de instabilidade e incerteza se tornam determinantes para o âmbito político, social e econômico. Enfatiza-se, assim, que se vive, na atualidade, um momento de excepcionalidade, o qual inevitavelmente imporá restrições à sociedade, e especialmente ao serviço público. Inicialmente nos indagamos sobre fato da palavra crise não ter sido utilizada no seu enquadramento conjuntural, utilizam, antes, instabilidade e incerteza.

Cabe pensarmos sobre esta questão, pois na medida em que um contexto de crise do capitalismo é identificado como período de incerteza ou instabilidade, a crise é apresentada a partir do âmbito da positividade do problema, abdicando assim do âmbito negativo que remete às contradições inerentes do desenvolvimento desta sociedade.

É neste sentido que anunciam que as determinações do período excepcional trarão restrições, as quais serão impostas afetando em primeiro lugar os serviços públicos, apesar de estas variarem na intensidade e dimensão. Assim, dos seus enunciados, podemos concluir: em tempos incertos e instáveis a austeridade é inevitável.

Para refletir sobre tal ideário de inevitabilidade das transformações no desenvolvimento capitalista, é necessário brevemente voltarmos a atenção àquele encadeamento sistemático de crises econômicas de todos os tipos que ocorreram a partir da década de 1970 e se estendem até a atualidade, o qual acima denominamos de período de crise do fordismo, que nos traz um panorama nunca antes visto de instabilidade perene e progressiva (Botelho, 2018).

Para o Programa de Ação a resposta a este contexto de instabilidade certamente será: “adaptando, reorganizando, racionalizando e cooperando com que está mais próximo e mais distante” (Programa de Ação A, p.7). Se colocarmos em outros termos, é possível dizer que o seu discurso nos apresenta um horizonte para contornar os condicionamentos dos tempos atuais, onde há um reconhecimento em que a mudança possível deve-se fazer internamente e externamente com os recursos já presentes.

O programa delineia uma contextualização do atual momento histórico de “rápidas e profundas” transformações, no qual a “dinâmica natural da vida” nunca foi tão vertiginosa como a das últimas três décadas. Tal movimento evolutivo é identificado como uma “revolução global” que traz consequências “largamente superiores” àquelas atribuídas a revolução industrial do século XVIII.

Quando fala de um momento revolucionário, partindo de uma concepção de desenvolvimento evolucionista, logo, linear e ascendente, que evidencia quão modernizadora é a sua perspectiva. Isto por que naturaliza o movimento de transformação da sociedade enquanto uma linha ascendente, onde o último momento sempre é superior ao precedente, o que elimina a possibilidade de identificar qualquer contradição que a forma de desenvolvimento pode possuir. Assim identifica-se que o seu discurso parte de uma perspectiva ontológica de transformação da sociedade, que considera enquanto essência de nossa sociedade a transformação positiva, onde o momento atual é necessariamente uma evolução em relação ao anterior.

Haja vista que mesmo a revolução industrial do século, que marca a ruptura histórica com o modo de produção feudal iniciada pelo capitalismo comercial, é tida como um processo de inferior potencial de transformação social em relação ao processo que se vive hoje.

A revolução a qual se refere seria decorrente das transformações na estrutura produtiva global capitalista, dinamizadas pelo período de crises iniciado na década de 1970, que efetivam uma profunda racionalização dos sistemas produtivos viabilizados pela acelerada inovação tecnológica dada pela microeletrônica e informática.

Tendo em conta este panorama, em oposição ao deslumbramento presente no PA, consideramos que o atual momento histórico de transformações do capitalismo pode ser considerado revolucionário no máximo no que toca ao desenvolvimento das suas forças produtivas, pois apesar das amplas e profundas transformações que isso efetiva na sociabilidade capitalista, a lógica de produção e reprodução social mediada pela mercadoria permanece desde os primórdios desta forma social.

É evidente que a universidade não escapa a este processo, pelo contrário ela se torna um dos atores chave neste momento do processo de modernização capitalista. De modo que a universidade humanística clássica se torna anacrônica, principalmente por ser identificada enquanto uma instituição economicamente inviável, isto gera uma pressão no sentido de adaptar a sua estrutura às condicionantes do seu entorno econômico-social (Mandel, 1985).

É neste contexto que Amaral e Magalhães (2000) reconhecem a emergência de um novo paradigma de universidade, no qual o ambiente social e econômico passa a ser considerado como “uma teia dentro da qual as instituições de ensino superior se têm de integrar se pretendem sobreviver enquanto organizações” (p. 16).

Os programas de ação nos permitem identificar tal paradigma presente em seus discursos, principalmente na proposição supracitada da resposta “inevitável” às condicionantes do momento atual de incertezas e instabilidade. Esta ideia de inevitabilidade de adaptação do ensino superior é reconhecida por Magalhães (2006), quando reflete acerca deste paradigma do ensino superior que emerge a partir da década de 1980, que denomina de “paradigma da adaptabilidade”:

Inspiradas na teoria dos sistemas e das organizações, sobretudo através das teorias e práticas da administração, e na pressão das restrições financeiras e políticas, a investigação e a reflexão sobre as instituições de ensino superior (IES) têm vindo a ficar prisioneiras das assunções de que, primeiro, as organizações académicas, como quaisquer outras organizações, têm de cuidar da sua relação com o seu meio ambiente e, segundo, que a sobrevivência organizacional depende da reformulação da sua missão. (MAGALHÃES, 2006).

Esta retórica de que não há alternativa emerge conjuntamente com a crise do trabalho discutida anteriormente, as quais apontam para medidas políticas no sentido da flexibilização e adaptação da sociedade em geral às condicionantes econômicas, o que resultou na retirada de direitos sociais historicamente conquistados. No âmbito do discurso político estas medidas se justificam pela retórica que “não há alternativa” (There Is No Alternative – TINA), a qual é oriunda da concepção neoliberal de economia, caracterizada por uma ideologia de livre mercado baseada na liberdade individual e de Estado reduzido (Séville, 2017).

É interessante notar que na definição dos rumos a seguir, em um trecho do Programa de Ação A, o reitor partilha um de seus princípios de vida pessoal que muito se adequa à retórica TINA: “não ter pressa, não perder tempo”, a partir do qual enfatiza que “chegou o tempo de não perder tempo”. Ora, nos questionamos, que tempo é esse que agora já não pode mais ser perdido? De onde viria a ideia da perda de tempo no seu discurso?

Isto nos suscita a pensar qual é a concepção de temporal que sustenta a proposta de desenvolvimento que apresentam os programas de ação, afinal em todos há uma leitura de que a solução se situa na adaptação das instituições às condicionantes econômicas, racionalizando, flexibilizando e cooperando internamente para garantir a sua sobrevivência em meio a um “mercado que movimenta em todo o mundo cerca de 5 milhões de estudantes e envolve verbas superiores ao PIB português, com taxas de crescimento anual na casa dos 7%” (Programa de Ação C, p.5).

Desta forma consideramos pertinente refletirmos brevemente acerca do conceito de desenvolvimento e como ele emerge enquanto um sinônimo de resolução das contradições de nossa sociedade, sem nunca romper com a lógica de reprodução social que a produz.

## **A TEMPORALIDADE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A CIENTIFICIDADE MODERNA**

A nossa argumentação se inicia com uma breve reflexão acerca da cientificidade moderna e a sua concepção de desenvolvimento. Este percurso se situa numa tentativa de refletirmos criticamente sobre como os fenômenos sociais e suas imanentes contradições, dada essência contraditória das relações sociais no capitalismo, são concebidas pela forma de razão fetichista que sustenta esta cientificidade (Lukács, 2003).

Para tal, é interessante o estudo que Moishe Postone (2014) realiza acerca da transformação da concepção acerca do tempo ao longo das sociedades, pois permite reconhecer o ponto de clivagem que se efetiva na formação da modernidade e do capitalismo frente à formação social da Idade Média. Para o autor, é a partir deste momento que se constitui o tempo enquanto uma categoria abstrata, independentemente de qualquer determinação natural ou religiosa. Esta forma de conceber o tempo, no seu processo de constituição social, tem como expressão mais enfática a formulação de Isaac Newton, o qual define um tempo “absoluto, verdadeiro e matemático”, que flui de maneira homogênea, independente a qualquer coisa ou fenômeno externo e é dividido em unidades iguais, constantes e não qualitativas. É evidente que, posteriormente, esta perspectiva newtoniana de tempo passa a ser

contestada pela física, mas no que toca a prática social, a vida cotidiana é esta concepção de tempo que se afirma até a atualidade.

Esta perspectiva temporal científica é afirmativa e essencialmente ligada na própria concepção da relação entre sujeito e objeto que define o método filosófico da sua própria cientificidade. Trata-se de um método que, segundo Georg Lukács (2003), constitui um ideal de método incapaz de conhecer a contradição ou mesmo os antagonismos, os quais, quando aparecem à sua frente, são considerados indícios de que o grau de conhecimento existente até então ainda necessita ser aperfeiçoado e desenvolvido, ou seja, aquilo que se apresentava como um problema seria então resolvido com o maior desenvolvimento do conhecimento científico.

Entendemos que assim se afirma uma concepção de desenvolvimento na história da modernização como um movimento sucessivo e ascendente, que se move “naturalmente” no sentido de patamares superiores. A sua abrangência não se limita ao método da física, ou da biologia com a teoria evolucionista de Darwin, mas também nas ciências dedicadas aos fenômenos sociais (Alfredo, 2009).

É neste sentido que este conceito de desenvolvimento, oriundo do método das ciências naturais e fundamentado em uma perspectiva abstrata de tempo, passa a assumir um caráter hegemônico, principalmente a partir da segunda metade do século XX, de modo a constituir-se como elemento central para a mobilização para a mudança social, tanto no discurso científico, quanto no político e da opinião pública (Caramelo, 2009).

Segundo Postone (2017), esta forma abstrata, homogênea e vazia de tempo se constitui simultaneamente à forma mercadoria, uma vez que esta é o fundamento do próprio valor no capitalismo, o qual é identificado simultaneamente enquanto forma de riqueza e forma de dominação social. Desta forma, o autor nos aponta como a reflexão acerca da temporalidade na sociedade moderna é fundamental para criticarmos a forma de dominação social que se efetiva pela mediação do valor e a forma mercadoria.

São estas formas abstratas de tempo e de valor que consideramos centrais para a constituição da categoria trabalho no processo de modernização. O que nos permite reconhecer a especificidade histórica do trabalho no capitalismo, ou seja, nos permite identificar que somente em um momento histórico onde o tempo se abstrai, o trabalho pode existir na sua simultaneidade entre valor de uso e valor.

É exatamente aí que Marx evidencia como a não identificação desta simultaneidade dificulta visualizarmos a contradição fundamental do capital, o que seria possível de reconhecer pela crítica da forma mercadoria e o seu fetiche (Marx, 1988).

É neste sentido que consideramos relevante pensarmos acerca desta simultaneidade histórica da formação do tempo e do trabalho na modernidade, pois abriria o caminho para identificarmos as contradições de uma sociedade onde as relações sociais assumem a forma de relação entre coisas (Marx, 1988).

A constituição do tempo enquanto conceito abstrato, independente e perfeitamente quantificável se efetiva simultaneamente ao processo de formação da categoria trabalho na constituição da modernidade. É quando o tempo se liberta das suas vinculações com a natureza, que também se liberta o trabalho das antigas formas de dependência do sistema feudal, tornando-se uma abstração, uma medida que assume a forma de mercadoria, e é concebido como a única riqueza que está em todos os indivíduos e que pode ser vendida livremente. Ao se autonomizar o trabalho e seus

produtos assumem a forma geral da “forma mercadoria” e as relações entre as pessoas enquanto detentoras de mercadorias se torna a relação social dominante (Marx, 1988).

Assim, sob esta forma, o trabalho e as suas relações sociais constituintes se tornam coisa, uma mercadoria trocável detentora de valor . É aqui que a relação entre o tempo e o trabalho é essencial, pois o trabalho e o seu valor, agora são qualificados a partir da medida do tempo de emprego de trabalho humano médio necessário para a produção de uma mercadoria. Dessa forma, se torna possível equivaler coisas concretamente diferentes como um livro ou uma mesa, ou até mesmo o trabalho (dispêndio produtivo de músculos, cérebro e nervos humanos), basta vermos a naturalidade em que comparamos o valor do nosso trabalho ao pensarmos quanto vale em dinheiro a hora de trabalho. Porém, seria o trabalho humano algo homogêneo, igual, abstrato e passível de ser medido e assim valorado pelo conceito autônomo de tempo?

Esta naturalização da equivalência de produtos do trabalho humano, coisas com propriedades e finalidades distintas, onde o valor destas coisas é definido por uma medida abstrata de um trabalho humano “igual” que nos chama a atenção para pensarmos criticamente tal categoria. Isto porque, esta abstração transforma em igual, justamente aquilo que é singular, a atividade de transformação da natureza, que nesta sociedade denominamos por trabalho, é singular, advém de uma cadeia de relações sociais, as quais seriam tudo menos igual e passível de se tornar algo mensurável como o volume da água ou o peso de um objeto.

É desta forma que a cientificidade fundamentada na sucessão do tempo pensa as transformações na sociedade, de maneira que os problemas que emergem ao longo do desenvolvimento do capitalismo, os quais são as manifestações das suas contradições, são encarados como uma questão que naturalmente podem ser resolvidas com o maior desenvolvimento da própria ciência.

É desta forma que o movimento histórico é lido em uma sucessão de momentos de crise e de não-crise, sendo aquele o momento que coloca em questão o que estava sendo “mal feito” neste. Desta forma, os momentos de crise são encarados positivamente como promotores da “evolução” da sociedade e não como a manifestação da forma de ser do capitalismo, essencialmente crítico, onde o avançar histórico significa o aprofundamento de sua própria crise e da aproximação de seu limite lógico de reprodução.

É a partir desta concepção científica evolutiva que o trabalho é pensado pelos defensores da sociedade do conhecimento, de maneira que as transformações recentes do trabalho são um problema passível de resolver pela própria racionalidade econômica, que se traduz em mais flexibilidade, empreendedorismo, eficiência etc. Um desenvolvimento individual do trabalhador, o qual as universidades e o seu conhecimento são responsáveis por fornecer no formato de competências a adquirir.

É neste sentido que reconhecemos a necessidade da constituição de uma epistemologia alternativa para pensarmos como a universidade pode se relacionar com as transformações da sociedade do trabalho, sem se fundamentar no método evolutivo da ciência positiva.

## UMA EPISTEMOLOGIA DO CONTRABANDISTA PARA A CRÍTICA DA CIENTIFICIDADE POSITIVA

Desta forma consideramos que para nos opormos a essa redutora cientificidade seria necessária a construção de uma epistemologia que reconheça a fronteira do pensamento positivo e sua concepção sucessiva de tempo, enquanto uma linha a ser transgredida, e não enquanto uma barreira que delimita as possibilidades do pensamento. O que constituiria, portanto, uma “epistemologia do contrabandista” fundada na primazia da controvérsia (Correia, 2017), que possibilita promover novas relações que complexificam ao invés de simplificarem, pois parte da assunção da negatividade crítica que as contradições trazem.

Seria um caminho possível para avançarmos em direção a uma conceptualização da relação entre o trabalho e os saberes científicos, pois reconhece a contradição enquanto constituinte das relações sociais no capitalismo e que devem ser encaradas a partir de sua negatividade. O que, em outros termos, significa dizer que não se trata de buscar um ajustamento do trabalho, às abstrações positivas da racionalidade econômica fetichista, reafirmando, assim, a redução do trabalho à sua dimensão de mera mercadoria passível de aprimoramento pela aquisição de competências, tornando-o melhor preparado para circular no mercado de trabalho.

Trata-se antes de buscar estabelecer uma relação em que o conhecimento, os saberes científicos são assumidos enquanto uma relação social indissociável das experiências dos indivíduos. Porém, esta relação somente rompe com as fronteiras que pretende quando reconhece que os processos educativos/formativos que produz não são necessariamente superiores e capazes de resolver absolutamente os problemas, mas sim um momento de produção de novas relações entre os indivíduos, as quais não necessariamente resolvem de maneira total as contradições, sendo assim superiores às anteriores. Isto significa dizer que não se trata de uma cientificidade onde cada saber produzido constitui um degrau no caminho da superação, mas sim um novo caminho, tão cheio de contradição quanto os outros, mas que busca sempre avançar sobre os seus próprios limites.

Uma perspectiva efetivamente contrabandista está sempre em busca de maneiras diferentes de subverter os limites que se colocam à sua frente, seria uma concepção de ciência que, de maneira invertida à ciência positiva, reconhece que as formas abstratas de mediação social, dadas pela forma mercadoria são uma forma de dominação social que necessita ser ultrapassada, mas que qualquer caminho que se abra necessita ser criticamente refletido, reconhecendo a constante necessidade de buscar outros rumos, pois assim, como bem sabe o contrabandista, os caminhos que encontra deixam os rastros que o ligam diretamente ao lugar que quer deixar para trás.

## REFERÊNCIAS

ALFREDO, A. **A negatividade e a crítica à crítica crítica:** sobre o espaço, tempo e modernização. XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Brasília 2009.

AMARAL, A.; MAGALHÃES, A. O conceito de *stakeholder* e o novo paradigma do ensino superior. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 13, n. 2, p. 07-28, 2000.

AZEVEDO, S. F. **Antecipar o futuro, ousar a mudança** - Programa de ação da Universidade do Porto para o período 2014-2018. PORTO, U. D. Porto: Universidade do Porto 2014.

BALL, S. J. **Education policy and social class: The selected works of Stephen Ball.** London: Routledge, 2006.

BERNHEIM, C.; CHAUI, M. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior.** Brasília: UNESCO, 2008.

BONAL, X. La educación en tiempos de globalización: ¿quién se beneficia? Education in the era of globalisation: who benefits? **Educação & Sociedade**, v.30, n.108, p.653-671, 2009.

BOTELHO, M. Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo. **Revista Maracanan**, n. 18, p. 157-180, 2018.

CARAMELO, J. **Educação e desenvolvimento comunitário num processo de transição autogestionário.** 2009. (Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Universidade do Porto, Porto.

CORREIA, J. A. **Sociologia da educação tecnológica: Transformações do trabalho e da formação.** Lisboa: Universidade Aberta, 1996. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib&db=catt05428a&AN=bup.000056083&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>>.

CORREIA, J. A. Trabalho e formação: Crónica de uma relação política e epistemológica ambígua. In: TORRES, L. L. e PALHARES, J. A. (Ed.). **Metodologia de investigação em ciências sociais da educação.** Vila Nova Famalicão: Húmus, 2014. p.113-131.

CORREIA, J. A. **30 anos de Ciências da Educação: Centralidades e periferias.** Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. FPCEUP 2017.

CORREIA, J. A.; FIDALGO, F.; FIDALGO, N. R. A avaliação como trabalho e o trabalho da avaliação. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 33, p. 37-50, 2011. Disponível em: <[https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC33/ESC33\\_Artigos\\_Correia.pdf](https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC33/ESC33_Artigos_Correia.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2018

CORREIA, J. A.; STOLEROFF, A. D.; STOER, S. R. A ideologia da modernização do sistema educativo em Portugal. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 37, p. 169-193, 2012.

ETZKOWITZ, H. When knowledge married capital: the birth of academic enterprise. **Journal of Knowledge-based Innovation in China**, v. 5, n. 1, p. 44 - 59, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IDALGO, G. H. **O “casamento” da universidade com o capital: Manifestação da crise do trabalho e da reprodução do capital a partir da análise do Programa de Ação de uma universidade.** 2016. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.

JESSOP, B. Varieties of Academic Capitalism and Entrepreneurial Universities: On Past Research and Three Thought Experiments. **Higher Education: The International Journal of Higher Education Research**, v. 73, n. 6, p. 853-870, 06/01/ 2017. ISSN 0018-1560. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/journal/index.php/ijhe/issue/view/505>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

KURZ, R. **A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global.** Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

KURZ, R. **O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política.** Lisboa: Antígona, 2014.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classes: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- MAGALHÃES, A. A identidade do ensino superior: A educação superior e a universidade. **Revista Lusófona de Educação**, v. 7, p. 13-40, 2006. ISSN 1645-7250.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- POSTONE, M. Thinking the global crisis. **The South Atlantic Quarterly**, v. 11, n. 2, p. 227-249, 2012.
- POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POSTONE, M. Marx, temporality and modernity. In: LIU, J. C. e MURTHY, V. (Ed.). **East-asian marxisms and their trajectories**. Oxon: Routledge, 2017. p.29-48.
- SEGNINI, L. Educação, trabalho e desenvolvimento: Uma complexa relação. **Trabalho & Educação**, n. 6, p. 14-46, 2000.
- SÉVILLE, A. From 'one right way' to 'one ruinous way'? Discursive shifts in 'There is no alternative'. **European Political Science Review**, v. 9, n. 3, p. 449-470, 2017. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/european-political-science-review/latest-issue>>. Acesso em: 19 fev. 2018
- WORLDBANK. **Constructing knowledge societies: New challenges for tertiary education**. Wanshington, D. C.: World Bank, 2002. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/15224>>. Acesso em: 19 fev. 2018
- ŽELAZNY, R. Information society and knowledge economy - essence and key relationships. **Journal of Economics & Management**, v. 20, n. 2, p. 5-22, 2015. ISSN 17321948. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/282249905>>. Acesso em: 19 fev. 2018

**Data da submissão:** 16/05/2018

**Data da aprovação:** 21/02/2019